

EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
CAMINHOS PARA A DESCOLONIZAÇÃO DO CURRÍCULO ESCOLAR

Editora Appris Ltda.
1ª Edição - Copyright© 2018 dos autores
Direitos de Edição Reservados à Editora Appris Ltda.

Nenhuma parte desta obra poderá ser utilizada indevidamente, sem estar de acordo com a Lei nº 9.610/98.
Se incorreções forem encontradas, serão de exclusiva responsabilidade de seus organizadores.
Foi feito o Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional, de acordo com as Leis nºs 10.994, de 14/12/2004 e 12.192, de 14/01/2010.

Catálogo na Fonte
Elaborado por: Josefina A. S. Guedes
Bibliotecária CRB 9/870

E244
2018 Educação das relações étnico-raciais: caminhos para a descolonização do currículo escolar / Eugenia Portela de Siqueira Marques, Marta Coelho Castro Troquez (Organizadoras). - 1. ed. - Curitiba: Appris, 2018.
257 p. ; 23 cm (Educação, tecnologias e transdisciplinaridade)

Inclui bibliografias
ISBN 978-85-473-1062-2

1. Integração na educação – Currículos. 2. Igualdade na educação. 3. Índios – Educação. 4. Negros – Educação. I. Marques, Eugenia Portela de Siqueira, org. II. Troquez, Marta Coelho Castro, org. III. Título. IV. Série.

CDD 23. ed. – 370.19

Livro de acordo com a normalização técnica da ABNT

Editora e Livraria Appris Ltda.
Av. Manoel Ribas, 2265 – Mercês
Curitiba/PR – CEP: 80810-002
Tel: (41) 3156 - 4731
<http://www.editoraappris.com.br/>

The logo for Appris Editora, featuring the word "Appris" in a large, stylized, cursive font, with "Editora" in a smaller, simpler font underneath it.

Printed in Brazil
Impresso no Brasil

Eugenia Portela de Siqueira Marques
Marta Coelho Castro Troquez
(Organizadoras)

EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
CAMINHOS PARA A DESCOLONIZAÇÃO DO CURRÍCULO ESCOLAR

Appris
Editora

Curitiba - PR
2018

PREFÁCIO

REFLEXÕES À PRIMEIRA LEITURA!

*Caminante, son tus huellas
el camino y nada más;
Caminante, no hay camino,
se hace camino al andar¹.*

~ ANTONIO MACHADO

Os caminhos para a descolonização do currículo escolar estão sendo traçados sob nossos passos ao caminhar. Rever as trajetórias percorridas não nos permite voltar atrás, mas é condição para projetar a direção que decidirmos trilhar. Juntos. Porque:

Sonho que se sonha só

É só um sonho que se sonha só

Mas sonho que se sonha junto é realidade (Raul Seixas, 1974).

Os estudos aqui compilados trazem informações preciosas para refletir sobre os avanços e tropeços que já experimentamos nas políticas e práticas educacionais no campo das relações étnico-raciais. E avaliar nossas práticas, repensando criticamente nossas teorias, é condição para continuar a sonhar e a construir propostas de educação intercultural em perspectivas descoloniais e não coloniais.

No decorrer dos últimos 13 anos, as Leis Federais nº 10.639/2003 e 11.645/2008 instituíram a obrigatoriedade de ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena nas escolas brasileiras. A promulgação dessas leis resulta de consensos construídos pela densa e complexa trama de lutas tecida por inúmeros movimentos socioculturais. Geradas por lutas político-socioculturais, as leis configuram instrumentos de

¹ Caminhante, são suas pegadas a estrada e nada mais; Caminhante, não há estrada, o caminho se faz ao andar. Antonio Machado.

lutas. Pois com amparo dessas leis, realizaram-se inúmeras atividades institucionais, grupais e pessoais voltadas para a valorização das relações étnico-raciais: no campo da pesquisa e da produção literária – inclusive com protagonismo de autores afro-brasileiros e indígenas – no programa nacional de distribuição de livros literários às escolas públicas brasileiras, nos programas de formação inicial e continuada de professores, nos projetos político-pedagógicos de escolas, entre outras.

É importante reconhecer e valorizar as experiências que vêm legitimando os saberes populares, indígenas, afro-brasileiros e africanos no contexto brasileiro, particularmente nas práticas educacionais populares e escolares. Tendo sido historicamente silenciados, esses saberes e seus autores ancestrais são os principais agentes de resistência não colonial e de movimentos de descolonização, em face do processo de globalização do modo moderno capitalista liberal e neoliberal de ser e de viver, bem como das instituições de saber e de poder, no mundo contemporâneo.

A leitora e o leitor, ao acompanharem as pesquisas apresentadas neste livro, encontrarão certamente elementos instigantes de reflexão.

Já na minha primeira leitura, chamou-me atenção, de modo especial, a forma como as professoras e os professores interpretam a diversidade étnico-racial e implementam o seu fazer pedagógico. Ou seja, refletindo pelo reverso do silenciamento dos preconceitos interétnicos induzido pelo mito da democracia racial, podem-se entrever os questionamentos que educadoras e educadores, a partir das interações pessoais cotidianas, levantam a respeito do caráter racista e discriminatório dos dispositivos disciplinares em sua prática pedagógica.

Daí a importância de promover, durante os processos de formação continuada aos profissionais da educação, a reflexão crítica sobre as experiências interpessoais vividas no cotidiano escolar. A escuta dos significados que as pessoas, particularmente crianças e jovens, constroem a partir de seus diferentes contextos histórico-sociais permite compreender e valorizar a originalidade cultural e a relevância política desses significados tecidos pelas pessoas em interação. Pois as pessoas se diferenciam e se articulam mediante o intenso intercâmbio de suas produções e coproduções culturais originais.

O reconhecimento do potencial criativo e autoral das pessoas, na interlocução educativa, desconstrói a pressuposição de superioridade-inferioridade racial (definida a partir de critérios epidérmicos e fenotípicos) que sustenta a colonialidade. A matriz do poder colonial historicamente vincula a ideia de “raça”, como critério de classificação e controle social, com o desenvolvimento do capitalismo global (moderno, colonial, eurocêntrico), iniciado como parte da formação histórica da América².

O reconhecimento das diferenças étnicas interpessoais mediante experiências educacionais dialógicas, ao serem estas contextualizadas histórica e culturalmente, possibilita desconstruir o “mito da democracia racial”. Ou seja, damo-nos conta de que cometemos inadvertidamente atos de discriminação em nossas relações cotidianas, na medida em que refletimos sobre os dispositivos racistas que herdamos de nossa história. Compreendemos que, do ponto de vista legal, todas as pessoas devem ser consideradas iguais em direitos e oportunidades, independentemente de sua “raça”. Mas, para além da concepção democrática de igualdade, liberdade e solidariedade entre todos os cidadãos, entendemos que o próprio conceito de “raça” é contraditoriamente uma invenção para justificar a subalternização, a dominação e a exploração de grupos socioculturais majoritários por setores minoritários, oligárquicos.

Com efeito, a dominação e a subalternização de um grupo por outro são legitimadas, na perspectiva racista, pela diferença da pigmentação da pele. Mas a sujeição é efetivamente produzida pela ilegítima apropriação e pelo uso privado dos contextos socioambientais, pela privatização dos meios de produção econômica e dos dispositivos de gestão política da vida social coletiva, bem como pelo controle oligárquico dos processos de produção cultural e científica. A apropriação privativa dos bens e dos meios de produção sociocultural é ilegítima e injusta, porque os processos de produção social e cultural da vida pertencem a todos, por resultarem da ação e da interação do conjunto dos seres vivos e dos seres humanos que constituem os contextos socioambientais.

Chamou-me atenção também a constatação de que a escolarização indígena tem sido circunscrita aos territórios indígenas, às suas reservas, às escolas específicas e diferenciadas. E pouco se tem valorizado a

² QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. *Journal of world-systems research*, v. 11, n. 2, p. 342-386, 2000.

presença e as identidades dos indígenas como estudantes nas escolas nacionais não específicas, que deveriam acolher a diversidade. Esse fato evidencia o ingente desafio de promover processos educacionais interculturais, seja mediante intercâmbio e interação das escolas indígenas com as outras unidades educacionais do sistema nacional de educação, seja mediante potencialização do diálogo e da cooperação intercultural entre os diferentes sujeitos socioculturais que constituem os contextos e o cotidiano das escolas. Ao dar voz e vez aos sujeitos de grupos étnicos (que tradicionalmente têm sido invisibilizados e subalternizados, como os indígenas e afrodescendentes), abre-se a possibilidade de aprender com suas diferentes culturas, histórias e saberes a descolonizar nossa sociedade, promovendo relações não coloniais de “bem-viver”.

O “bem-viver” significa “a boa maneira de ser e viver”, ou seja, de conviver em comunidade e em harmonia com a natureza. Essa sabedoria, presente em todas as culturas ameríndias, leva-nos a compreender que a relação entre todos os seres do planeta tem que ser encarada como uma relação social, entre sujeitos, em que cultura e natureza fundem-se em humanidade. Para além da concepção moderna eurodescendente de oposição binária entre natureza e sociedade, o “bem-viver” promove a relação milenar entre mundos biofísicos, humanos e espirituais que dá sustentação aos sistemas integrais de vida dos povos ancestrais.

Ao percorrer, na escola e na formação de professores, a história dos povos originários africanos e indígenas, bem como de seus descendentes em nosso continente ameríndio, podemos aprender com suas culturas ancestrais a revalorizar a relação holística, tecida mediante práticas comunitárias dialógicas integradas com o mundo natural. Essa aprendizagem é que nos permite somar forças com os movimentos sociais dos povos ancestrais em suas lutas por desconstruir a matriz racista e espcista constitutiva das relações coloniais e neocoloniais que vem tentando capturar nossos modos de ser e de viver, de saber e de poder.

Ao ler os relatos das pesquisas aqui apresentados sobre o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena no estado de Mato Grosso do Sul de 2012 a 2016, senti-me efetivamente instigado a refletir sobre a educação para as relações étnico-raciais e a reconsiderar criticamente minha prática e meus pensamentos na busca de descolonizar a educa-

ção. E fico imaginando o que também você, leitora, leitor, vai experimentar e refletir diante dos achados desta pesquisa!

Prof. Dr. Reinaldo Matias Fleuri

Professor titular da Universidade Federal de Santa Catarina no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. É pesquisador do CNPq (1C) e professor honorário na University of Queensland e na Griffith University (Austrália, 2014-2017).